

SUMÁRIO

Preparação para concurso público.....	35
Dicas para preparação específica ao cargo de Juiz do Trabalho Substituto e Procurador do Trabalho (MPT).....	39

● PARTE I

DIREITO DO TRABALHO

CAPÍTULO I

HISTÓRICO DO DIREITO DO TRABALHO

1. Surgimento e histórico do Direito do Trabalho	55
1.1. Relações de trabalho na Antiguidade e na Idade Média.....	55
1.2. Relações de trabalho após a Revolução Industrial e o surgimento do Direito do Trabalho	56
2. Histórico do Direito do Trabalho no mundo	57
2.1. Formação do Direito do Trabalho	57
2.2. Sistematização e consolidação do Direito do Trabalho.....	57
2.3. Institucionalização do Direito do Trabalho.....	58
2.4. Crise e transição do Direito do Trabalho ...	58
3. Origem e evolução do Direito do Trabalho no Brasil	59
3.1. Manifestações incipientes ou esparsas (1888-1930)	59
3.2. Institucionalização do Direito do Trabalho no Brasil (1930-1945).....	60
3.3. Manutenção do modelo corporativista (1945 a 1988).....	61
3.4. Transição democrática do Direito do Trabalho brasileiro.....	61
4. Evolução das Constituições brasileiras	63
4.1. Constituição de 1824	63
4.2. Constituição de 1891	64
4.3. Constituição de 1934	64
4.4. Constituição de 1937	65
4.5. Constituição de 1946	66
4.6. Constituição de 1967 e Emenda Constitucional nº 1/1969.....	66
4.7. Constituição Federal de 1988	67

CAPÍTULO II

A REFORMA TRABALHISTA.....	71
1. Histórico.....	71
2. Valorização do negociado e impactos no direito e processo do trabalho	72
3. Reforma trabalhista e direito intertemporal	77
3.1. Normas processuais e Instrução Normativa nº 41 do TST	80

CAPÍTULO III

INTRODUÇÃO AO DIREITO DO TRABALHO

1. Introdução ao Direito do Trabalho	81
1.1. Importância da CLT para o Direito do Trabalho	82
2. Fontes do direito do trabalho	82
2.1. Fontes materiais	82
2.2. Fontes formais	83
2.2.1. Fontes formais autônomas.....	83
2.2.2. Fontes formais heterônomas.....	84
2.2.3. Hierarquia das fontes formais	85
2.2.3.1. Hierarquia dos instrumentos coletivos de trabalho (Reforma Trabalhista).....	86
2.2.4. Conflito entre fontes formais.....	86
3. Integração	87
3.1. Direito comum como fonte subsidiária (Reforma Trabalhista)	88
3.2. Limitação à jurisprudência trabalhista (Reforma Trabalhista)	89
3.2.1. Criação e alteração de súmulas e orientações jurisprudenciais do TST e dos TRTs.....	89
4. Princípios do Direito do Trabalho	90
4.1. Princípio da proteção ao trabalhador....	91
4.1.1. Impactos da Reforma Trabalhista no princípio da proteção ao trabalhador	92
4.1.2. In dubio pro operario	92
4.1.3. Norma mais favorável	92
4.1.3.1. Instrumentos coletivos de trabalho e princípio da norma mais favorável (Reforma Trabalhista)	93
4.1.4. Condição mais benéfica	94

4.2. Princípio da imperatividade das normas trabalhistas.....	94	1.1.1. Alteridade	123
4.2.1. Impactos das alterações legislativas recentes no princípio da imperatividade das normas trabalhistas	95	1.1.2. Reconhecimento do vínculo de emprego pelo Auditor Fiscal do Trabalho	123
4.3. Princípio da primazia da realidade	95	1.1.3. Limites ao reconhecimento do vínculo de emprego (Informativo nº 218 do TST)	124
4.3.1. Impactos da Reforma Trabalhista no princípio da primazia da realidade.....	96	1.1.4. Empregado hipersuficiente (Reforma Trabalhista)	124
4.4. Princípio da inalterabilidade contratual lesiva ao empregado.....	96	1.1.5. Atividades de direção e assessoramento de partidos políticos	126
4.4.1. Impactos das medidas trabalhistas excepcionais da pandemia no princípio da inalterabilidade contratual lesiva ao empregado	96	1.2. Elementos não essenciais à configuração da relação de emprego.....	126
4.5. Princípio da continuidade da relação de emprego.....	97	1.2.1. Exclusividade	126
4.5.1. Impactos da Reforma Trabalhista no princípio da continuidade da relação de emprego.....	97	1.2.2. Local da prestação de serviços e Teletrabalho (Reforma Trabalhista)..	127
4.6. Princípio da irrenunciabilidade ou indisponibilidade dos direitos trabalhistas ...	97	1.2.3. Profissionalidade	127
5. Flexibilização do Direito do Trabalho	98	1.3. Cotas destinadas a determinados empregados (ações afirmativas)	128
5.1. Hipóteses de flexibilização.....	99	2. Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS	129
5.2. Lay off.....	101	2.1. CTPS Digital	130
5.2.1. Qualificação profissional (art. 476-A, CLT).....	101	2.2. Informações obrigatórias na CTPS.....	132
5.3. Hipóteses em que não se admite flexibilização das normas trabalhistas	101	2.3. Valor das anotações da CTPS.....	132
6. Renúncia e transação.....	103	2.4. Anotação em CTPS.....	133
7. Comissão de Conciliação Prévia (artigos 625-A até 625-H da CLT)	106	2.4.1. Anotações gerais e anotações especiais.....	134
7.1. Composição da Comissão de Conciliação Prévia criada em âmbito da empresa.....	107	2.4.2. Anotações sobre a remuneração....	134
7.2. Necessidade de submeter a demanda à Comissão de Conciliação Prévia.....	107	2.4.3. Apresentação da CTPS	134
7.3. Consequências da conciliação firmada perante a CCP.....	108	2.4.4. Registros eletrônicos equivalentes às anotações	135
8. Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST.	109	2.4.5. Prazo para acesso às informações de anotação	135
9. Informativos do TST.....	111	2.4.6. Vedação de anotações desabonadoras	135
10. Legislação relacionada ao capítulo	113	2.5. Registro de empregados.....	136
11. Questões fundamentadas	113	2.5.1. Multa administrativa por ausência do registro de empregados (Reforma Trabalhista).....	136
Gabarito	116	2.5.2. Multa decorrente de informações incompletas no registro de empregados (Reforma Trabalhista)...	137
12. Meu resumo para memorização do Capítulo..	117	2.6. Contratação do empregado: exigência de experiência prévia (art. 442-A da CLT) e de certidão negativa de antecedentes criminais	138
12.1. Quais os principais pontos que eu aprendi ao longo do capítulo que considero importantes?.....	117	3. Relações empregatícias especiais	139
		3.1. Empregado rural	139
		3.1.1. Identificação da figura do empregado e empregador rural.....	140
		3.1.2. Peculiaridades dos empregados rurais	141
		3.1.3. Contrato temporário rural (art. 14-A da Lei nº 5889/73).....	142
		3.1.4. Terceirização e trabalho temporário no âmbito rural	143
		3.2. Empregado doméstico	144

CAPÍTULO IV

SUJEITOS DA RELAÇÃO DE TRABALHO

1. Empregado	121
1.1. Requisitos da relação empregatícia.....	121

3.2.1. Direitos constitucionais assegurados ao empregado doméstico....	146	3.4.2.2. Dos direitos de profissionalização e à proteção do trabalho. Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90 e alterações)	178
3.2.2. Regulamentação dos direitos constitucionais assegurados aos domésticos – Lei Complementar nº 150/2015	147	3.4.2.3. Trabalho educativo	178
3.2.2.1. Jornada de trabalho e compensação	147	3.4.3. Do papel dos representantes legais do adolescente.....	179
3.2.2.2. Trabalho em regime de tempo parcial	149	3.4.4. Das férias	179
3.2.2.3. Períodos de descanso	150	3.4.5. Do salário	179
3.2.2.4. Contrato individual de trabalho	152	3.4.6. Da prescrição	179
3.2.2.4.1. Trabalho intermitente e empregado doméstico..	154	3.4.7. Meio Ambiente de Trabalho	180
3.2.2.5. Remuneração	154	3.5. Aprendiz.....	180
3.2.2.6. Proteção do trabalho da mulher	155	3.5.1. Contrato de trabalho especial....	181
3.2.2.7. FGTS.....	155	3.5.2. Prazo para o contrato de aprendizagem	181
3.2.2.8. Seguro-desemprego.....	157	3.5.3. FGTS	181
3.2.2.9. Aviso-prévio.....	158	3.5.4. Obrigatoriedade na contratação de aprendizes	181
3.2.2.10. Término do contrato de trabalho	159	3.5.4.1. Oferta de vagas a aprendizes usuários e dependentes de drogas.....	182
3.2.2.11. Homologação das verbas trabalhistas e multa do art. 477, § 8º, CLT	160	3.5.5. Jornada de trabalho do aprendiz	182
3.2.2.12. Papel da fiscalização do Trabalho	161	3.5.6. Vínculo empregatício do aprendiz..	182
3.2.2.13. Reflexos da LC nº 150/2015 em outros ramos do Direito	161	3.5.7. Extinção do contrato de aprendizagem	183
3.3. Empregado público	166	3.6. Proteção do trabalho da Mulher.....	183
3.3.1. Introdução	167	3.6.1. Proteção à maternidade.....	184
3.3.2. Contrato nulo. Contratação do servidor público sem prévio concurso público.....	167	3.6.1.1. Intervalos para amamentação (Reforma Trabalhista)..	185
3.3.3. Estabilidade do empregado público	170	3.6.1.2. Licença-maternidade	187
3.3.4. Aplicação dos dispositivos da Reforma Trabalhista aos empregados públicos.....	171	3.6.1.3. Estabilidade da gestante..	189
3.3.4.1. Jornada 12x36:.....	171	3.6.1.3.1. Estabilidade da gestante em contratos por prazo determinado	190
3.3.4.2. Distrato	171	3.6.1.3.2. Ausência de estabilidade da trabalhadora temporária	190
3.3.4.3. Teletrabalho	172	3.6.1.3.3. Posicionamento da 4ª Turma do TST: fim da estabilidade em contratos por prazo determinado?	191
3.3.4.4. Trabalho intermitente	172	3.6.1.3.4. Exigência de certidão de nascimento do filho	191
3.3.5. Vedação à redução de salários e de jornada e suspensão contratual dos empregados públicos durante a pandemia	173	3.6.1.3.5. Efeitos da dispensa da gestante.....	191
3.4. Proteção do trabalho do adolescente ...	173	3.6.1.3.6. Estabilidade da gestante e redução de salários e de jornada ou suspensão contratual (Lei nº 14.020/2020)	192
3.4.1. Jornada de trabalho do adolescente	174	3.6.2. Meio ambiente de trabalho	193
3.4.2. Prestação de serviços em locais prejudiciais à moralidade do adolescente	175	3.6.2.1. Afastamento de gestantes e lactantes de	
3.4.2.1. Trabalho infantil artístico	176		

atividades insalubres (Reforma Trabalhista)	193	5.2.1. Grupo econômico por subordinação e coordenação (Reforma Trabalhista)	214
3.6.2.1.1. Salário-maternidade estendido.....	195	5.2.2. Consequências jurídicas do reconhecimento do grupo econômico.....	215
3.6.2.2. Afastamento de gestantes durante a pandemia de Covid-19 (Lei nº 14.151/2021, alterada pela Lei 14.311/2022)	195	5.2.3. Contrato único	216
3.6.2.3. Revistas íntimas.....	196	5.3. Sucessão de empresas.....	217
3.6.2.4. Fim do Intervalo para jornada extraordinária da mulher (Reforma Trabalhista).....	197	5.3.1. Responsabilidade do sucessor (Reforma Trabalhista).....	218
3.7. Mãe Social	197	5.3.2. Sucessão em grupo econômico.	219
4. Relações de trabalho que não configuram vínculo empregatício.....	198	5.3.3. Sucessão na Nova Lei de Falências.....	219
4.1. Trabalhador autônomo e a Reforma Trabalhista	199	5.3.4. Sucessão entre entes de Direito Público	220
4.1.1. Regulamentação do trabalho autônomo pela Portaria nº 349/2018 (anulada) e pela Portaria nº 671/2021 do Ministério do Trabalho e Previdência.....	201	5.3.5. Sucessão em cartórios extrajudiciais.....	220
4.1.2. Uberização das relações de trabalho.	202	5.3.6. Sucessão em razão da privatização	221
4.1.2.1. Medidas de proteção ao entregador que presta serviço por intermédio de empresa de aplicativo de entrega (Lei nº 14.297/2021)	203	5.4. Sócio retirante (Reforma Trabalhista).....	221
4.2. Trabalhador eventual	203	5.4.1. Responsabilidade do sócio retirante.....	222
4.3. Trabalhador avulso.....	203	5.5. Poderes do empregador.....	223
4.3.1. Trabalhador avulso portuário (Lei nº 12.815/2013)	204	5.5.1. Poder de organização	223
4.3.2. Trabalhador avulso não portuário (Lei nº 12.023/2009)	206	5.5.1.1. Uso de logomarcas em uniformes (Reforma Trabalhista).....	224
4.4. Trabalhador voluntário	207	5.5.1.2. Organizações de tendência	225
4.5. Cooperado.....	207	5.5.1.2.1. Organizações de tendência e a liberdade de expressão dos empregados.....	225
4.6. Estagiário	209	5.5.1.2.2. Admissão de empregados nas organizações de tendência.....	226
4.6.1. Introdução	209	5.5.1.2.3. Liberdade de manifestação dos empregados no curso do contrato de trabalho	227
4.6.2. Alterações da Lei nº 11.788/2008 (Lei do Estágio)	209	5.5.1.2.4. Organizações de tendência e vida privada do empregado	227
4.6.3. Conceito de estágio.....	209	5.5.1.2.5. Liberdade de cátedra e universidades pertencentes a igrejas e comunidades religiosas.....	228
4.6.4. Requisitos para existência do estágio regular	209	5.5.2. Poder de controle	228
4.6.5. Agentes de integração.....	210	5.5.2.1. Correio eletrônico	228
4.6.6. Partes envolvidas no estágio.....	210	5.5.2.2. Revistas íntimas.....	228
4.6.6.1. Instituição de ensino.....	210	5.5.2.3. Revistas pessoais.....	229
4.6.6.2. Parte concedente	210	5.5.2.4. Fiscalização por câmeras	230
4.6.6.3. Estagiário	211	5.5.2.5. Uso de polígrafo (detetor de mentiras).....	230
4.6.7. Fraude no estágio	212	5.5.3. Poder disciplinar.....	230
5. Empregador.....	213		
5.1. Empregador e princípio da alteridade durante a pandemia de coronavírus.....	213		
5.2. Grupo econômico.....	214		

5.5.3.1. Multa por descumprimento do acordado em trabalho intermitente (Reforma Trabalhista)	231	6.6.2. Período de quarentena do empregado terceirizado	245
6. Terceirização.....	233	6.6.2.1. Súmula nº 331 do TST....	245
6.1. Introdução.....	233	6.6.2.2. Regulamentação pela Lei nº 13.429/2017 (31/03/2017)	246
6.2. Terceirização das atividades-fim da empresa contratante e requisitos para a terceirização lícita (Reforma Trabalhista) ...	234	6.6.2.3. Quarentena na Reforma Trabalhista (Lei nº 13.467/2017).....	246
6.2.1. Súmula nº 331 do TST	234	6.7. Terceirização na Administração Pública	246
6.2.2. Regulamentação pela Lei nº 13.429/2017 (31/03/2017)	235	6.7.1. Fraude na terceirização da Administração Pública	247
6.2.3. Reforma Trabalhista – Lei nº 13.467/2017	235	6.7.2. Responsabilidade da Administração Pública pelo inadimplemento das obrigações trabalhistas ...	247
6.2.3.1. Julgamento do STF e a terceirização nas atividades-fim	236	6.7.2.1. Terceirização na Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021)	248
6.2.4. Requisitos para terceirização lícita e a capacidade econômica da empresa prestadora de serviços	237	6.7.3. Organizações sociais.....	249
6.2.5. Fraude na terceirização.....	237	6.7.4. Terceirização na Administração Pública Federal (Decreto nº 9.507/2018).....	250
6.2.5.1. Terceirização nas empresas de “call center”	237	7. Dono da obra e subempreitada	251
6.2.6. Críticas à legislação vigente.....	238	8. Trabalho temporário	253
6.2.7. Quarteirização	238	8.1. Conceito de trabalho temporário e hipóteses de contratação	254
6.3. Requisitos para funcionamento da empresa de prestação de serviços a terceiros.....	238	8.2. Trabalho temporário e a contratação no período de greve	255
6.4. Requisitos do contrato de terceirização	239	8.3. Empresa de trabalho temporário	256
6.5. Responsabilidade da tomadora	239	8.3.1. Requisitos para o funcionamento da empresa de trabalho temporário	256
6.5.1. Direito dos terceirizados	240	8.4. Empresa tomadora de serviços.....	257
6.5.2. Condições de trabalho (Reforma Trabalhista).....	241	8.5. Requisitos do contrato entre a empresa de trabalho temporário e a empresa tomadora de serviços	257
6.5.2.1. Súmula nº 331 do TST....	241	8.6. Condições de trabalho	258
6.5.2.2. Regulamentação pela Lei nº 13.429/2017 (31/03/2017)	241	8.7. Abrangência de atividades do trabalho temporário	258
6.5.2.3. Reforma Trabalhista – Lei nº 13.467/2017	242	8.8. Ausência de vínculo de emprego do trabalhador temporário com a tomadora dos serviços	258
6.5.3. Salário equivalente.....	243	8.9. Prazo do trabalho temporário	259
6.5.3.1. Súmula nº 331 do TST....	243	8.10.Vínculo empregatício do trabalhador temporário e proibição de cláusula de reserva	260
6.5.3.2. Regulamentação pela Lei nº 13.429/2017 (31/03/2017)	243	8.11.Responsabilidade do tomador dos serviços	260
6.5.3.3. Reforma Trabalhista – Lei nº 13.467/2017	244	8.12.Direitos assegurados aos trabalhadores temporários.....	261
6.6. “Quarentena” e Reforma Trabalhista	244	8.12.1. Ausência de estabilidade da trabalhadora temporária.....	262
6.6.1. Período de quarentena da empresa prestadora de serviços a terceiros.....	244	8.13.Diferenças entre terceirização e trabalho temporário.....	262
6.6.1.1. Súmula nº 331 do TST....	245	9. Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST.....	263
6.6.1.2. Regulamentação pela Lei nº 13.429/2017 (31/03/2017)	245		
6.6.1.3. Reforma Trabalhista – Lei nº 13.467/2017	245		

10. Informativos do TST	265
11. Legislação relacionada ao capítulo.....	277
12. Questões fundamentadas	279
Gabarito	290
13. Meu resumo para memorização do capítulo	292
13.1. Quais os principais pontos que eu aprendi ao longo do capítulo que considero importantes?	292

CAPÍTULO V

CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO

1. Terminologia: relação de trabalho x relação de emprego	301
2. Características do contrato de trabalho	303
3. Elementos do contrato de trabalho	303
3.1. Nulidades do contrato de trabalho	304
3.1.1. Trabalho proibido	304
3.1.2. Trabalho ilícito.....	305
3.2. Lei Geral de Proteção de Dados nas relações de trabalho	305
3.2.1. LGPD e sua aplicação no âmbito trabalhista	306
3.2.2. Hipóteses de tratamento de dados	307
3.2.3. Tratamento de dados de empregados adolescentes.....	308
3.2.4. Análise de situações concretas de aplicação da LGPD nas relações de trabalho.....	308
3.2.4.1. Tratamento de dados na fase pré-contratual.....	309
3.2.4.2. Tratamento de dados na vigência do contrato de trabalho	309
3.2.4.3. Tratamento de dados após o término do contrato de trabalho.....	310
3.2.5. Norma coletiva e uso de dados pessoais	310
3.2.6. Uso indevido de dados pessoais e papel dos órgãos de fiscalização do trabalho	310
4. Classificação dos contratos de trabalho.....	311
4.1. Contrato por prazo determinado	311
4.2. Hipóteses previstas na CLT	312
4.2.1. Hipóteses previstas na LC nº 150/2015 (Lei dos Domésticos) ..	313
4.3. Estabilidade no curso do contrato a prazo determinado	313
4.4. Nova contratação	314
4.5. Término do contrato por prazo determinado.....	315

4.5.1. Término do contrato por prazo determinado na legislação dos domésticos (LC nº 150/2015).....	316
4.5.2. Término antecipado do contrato de aprendizagem (art. 433 da CLT).....	317
4.6. Contrato por prazo determinado – Lei nº 9.601/98.....	318
4.6.1. Características	318
4.7. Trabalho intermitente (Reforma Trabalhista)	319
4.7.1. Antecedentes do trabalho intermitente: jornada móvel ou variável	319
4.7.2. Conceito de trabalho intermitente .	319
4.7.3. Exclusão dos aeronautas e questão das categorias diferenciadas	320
4.7.4. Principais impactos do trabalho intermitente nos direitos dos trabalhadores.....	321
4.7.5. Constitucionalidade do trabalho intermitente	321
4.8. Regulamentação do trabalho intermitente	322
4.8.1. Normas ligadas à convocação do trabalhador.....	324
4.8.2. Multa por descumprimento do acordado	325
4.8.3. Direitos do empregado em trabalho intermitente	326
4.8.4. Acordo individual entre empregado e empregador	328
4.8.5. Trabalho intermitente durante a pandemia de coronavírus.....	329
4.9. Contrato de Trabalho Verde e Amarelo (MP nº 905/2019 – vigência encerrada)	329
5. Alteração do contrato de trabalho	330
5.1. Jus variandi – Alteração unilateral do contrato de trabalho	331
5.2. Reversão	332
5.3. Reversão e gratificação de função (Reforma Trabalhista)	333
5.3.1. Conceito de gratificação	333
5.3.2. Disciplina anterior à Reforma Trabalhista acerca da gratificação de função e a reversão.....	333
5.3.3. Regulamentação da retirada da gratificação de função pela Reforma Trabalhista	333
5.3.4. Direito intertemporal.....	334
5.3.5. Limites à supressão de gratificação de função.....	334
5.4. Transferência de empregados	334
6. Suspensão e interrupção.....	335
6.1. Hipóteses de interrupção	336
6.2. Hipóteses de suspensão	338
6.3. Casos controvertidos.....	339

6.3. Suspensão temporária do contrato de trabalho durante a pandemia de coronavírus (Lei nº 14.020/2020 e MP 1.045/2021, rejeitada)	342
7. Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST.....	343
8. Informativos do TST.....	344
9. Legislação relacionada ao capítulo	348
10. Questões fundamentadas	348
11. Meu resumo para memorização do Capítulo....	354
11.1. Quais os principais pontos que eu aprendi ao longo do capítulo que considero importantes?.....	354
CAPÍTULO VI	
DURAÇÃO DO TRABALHO	357
1. Duração do trabalho.....	357
1.1. Introdução: limitação da jornada, tempo à disposição e controle de ponto.....	357
1.1.1. Jornada móvel ou variável e o trabalho intermitente (Reforma Trabalhista).....	357
1.1.2. Tempo à disposição do empregador	358
1.1.2.1. Viagens para participação em cursos e treinamentos exigidos pela empresa e tempo à disposição do empregador.....	360
1.1.3. Controle de jornada e registro de ponto	360
1.1.4. Controle de jornada pelo empregador doméstico e pelo empregador do motorista profissional	362
1.1.5. Cartões britânicos.....	362
1.1.6. Registro de ponto por exceção.....	363
1.2. Horas in itinere (Reforma Trabalhista) ...	364
1.2.1. Direito intertemporal. Situação dos empregados que já recebiam as horas in itinere.....	365
1.2.2. Tempo médio das horas <i>in itinere</i> ..	367
1.3. Sobreaviso e prontidão	368
1.4. Empregados não submetidos à limitação da jornada.....	369
1.4.1. Gerentes com poderes de gestão..	369
1.4.2. Atividade externa.....	370
1.4.3. Motoristas	370
1.4.3.1. Tempo de espera do motorista.....	371
1.4.3.2. Períodos de descanso do motorista.....	371
1.4.4. Teletrabalho (Reforma Trabalhista)..	373
1.4.4.1. Caracterização do teletrabalho	374
1.4.4.2. Solenidade para o teletrabalho	375
1.4.4.3. Alteração do regime presencial para teletrabalho..	375
1.4.4.4. Alteração do regime de teletrabalho para o presencial.....	376
1.4.4.5. Responsabilidade pela aquisição de equipamentos e infraestrutura necessária ao trabalho remoto	376
1.4.4.6. Meio ambiente do trabalho no regime de teletrabalho	377
1.5. Regime de tempo parcial (Reforma Trabalhista) (art. 58-A da CLT).....	378
1.5.1. Salário proporcional.....	380
1.5.2. Adesão dos empregados atuais ao regime de tempo parcial	380
1.5.3. Adicional de horas extras.....	380
1.5.4. Compensação de jornada.....	382
1.5.5. Férias dos empregados em regime de tempo parcial	382
1.5.6. Abono pecuniário de férias.....	383
1.5.7. Direito intertemporal.....	384
1.5.8. Empregado doméstico	384
1.6. Turnos ininterruptos de revezamento...	385
1.7. Trabalho noturno.....	387
1.7.1. Horários mistos	388
1.7.2. Prorrogação do horário noturno	388
1.8. Jornada do bancário.....	389
1.8.1. Divisor da hora de salário do bancário.....	390
2. Trabalho extraordinário (Reforma Trabalhista): hipóteses de prorrogação.....	392
2.1. Limite de tolerância (Reforma Trabalhista)..	392
2.1.1. Limite de tolerância no intervalo intrajornada.....	394
2.2. Acordo de prorrogação (Reforma Trabalhista).....	394
2.3. Compensação (Reforma Trabalhista).....	395
2.3.1. Não atendimento das exigências legais para a compensação de jornada.....	396
2.3.2. Prestação de horas extras habituais em regime de compensação de jornada.....	396
2.3.3. Banco de horas (Reforma Trabalhista)	397
2.3.4. Prorrogação de jornada em atividade insalubre (Reforma Trabalhista)	398
2.3.4.1. Jornada de trabalho 12 x 36 e atividades insalubres	399
2.4. Jornada 12 x 36 (Reforma Trabalhista) ..	400

2.4.1.	Intervalo intrajornada em jornada de 12 x 36.....	402	3.4.3.	Duração do período de férias	423
2.4.2.	Trabalho no DSR e feriados.....	402	3.4.4.	Perda do direito de férias.....	424
2.4.3.	Trabalho noturno em jornada 12 x 36.....	403	3.4.5.	Período concessivo.....	424
2.4.4.	Jornada 12 x 36 na legislação do doméstico	403	3.4.6.	Fracionamento de férias individuais (Reforma Trabalhista).....	424
2.4.5.	A jornada 12 x 36 como regra nas futuras contratações e os impactos malignos na sociedade	404	3.4.6.1.	Empregados menores de 18 anos e maiores de 50 anos	426
2.5.	Prorrogação por necessidade imperiosa (Reforma Trabalhista)	405	3.4.7.	Remuneração das férias	426
2.5.1.	Força maior.....	405	3.4.8.	Abono pecuniário de férias.....	427
2.5.2.	Conclusão de serviços inadiáveis ou cuja inexecução possa acarretar prejuízos	406	3.4.9.	Férias concedidas após o período concessivo.....	428
2.6.	Recuperação de horas	407	3.4.10.	Férias do professor	428
3.	Período de descanso.....	407	3.4.11.	Término do contrato de trabalho e pagamento das férias proporcionais	429
3.1.	Intervalos	408	3.4.12.	Prescrição	431
3.1.1.	Intervalo intrajornada	408	3.4.13.	Férias individuais durante a pandemia de coronavírus (MP nº 927/2020 – vigência encerrada). ..	431
3.1.1.1.	Redução e fracionamento do intervalo intrajornada (Reforma Trabalhista)	409	3.4.14.	Férias coletivas.....	431
3.1.1.2.	Limite de tolerância no intervalo intrajornada	411	3.4.14.1.	Concessão de férias coletivas durante a pandemia (MP nº 927/2020 – vigência encerrada).....	432
3.1.1.3.	Consequências da supressão ou redução do intervalo intrajornada (Reforma Trabalhista)	412	4.	Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST.....	434
3.1.1.4.	Intervalos remunerados	413	5.	Informativos do TST.....	439
3.1.2.	Intervalo interjornada	415	6.	Legislação relacionada ao capítulo	450
3.2.	DSR – Descanso semanal remunerado e feriado (Lei nº 605/49)	416	7.	Questões fundamentadas.....	451
3.2.1.	Atestados médicos no Direito do Trabalho.....	416	8.	Meu resumo para memorização do capítulo. ..	456
3.2.2.	Exigência de CID em atestados médicos	417	8.1.	Quais os principais pontos que eu aprendi ao longo do capítulo que considero importantes?	456
3.2.3.	Trabalho no DSR e feriados.....	418			
3.2.3.1.	Autorização para o trabalho em domingos e feriados em atividades em geral	419			
3.2.3.2.	Trabalho em domingos e feriados no comércio em geral	420			
3.2.4.	Consequências do trabalho no DSR.....	420			
3.2.5.	Remuneração do DSR.....	421			
3.3.	Feriados	421			
3.3.1.	Antecipação de feriados na pandemia de coronavírus (MP nº 927/2020 – vigência encerrada) ..	422			
3.4.	Férias.....	422			
3.4.1.	Introdução	423			
3.4.2.	Período aquisitivo	423			
					</

CAPÍTULO VII

REMUNERAÇÃO

1. Salário e remuneração	463
1.1. Gorjetas	463
1.1.1. Modificações legislativas das gorjetas nos últimos anos.....	463
1.1.2. Alterações promovidas pela Lei nº 13.419/2017.....	463
1.1.3. Revogação da regulamentação pela Reforma Trabalhista (Lei nº 13.467/2017).....	464
1.1.4. Tentativa de correção do erro pela MP nº 808/2017 (“Reforma da Reforma”).....	464
1.1.5. Portaria MTb nº 349, de 23 de maio de 2018 e Portaria MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021	464
1.1.6. Nova tentativa de regulamentação das gorjetas pela MP nº 905/2019 (vigência encerrada)	464
1.1.7. Gueltas	465

1.2. Salário-mínimo, salário profissional, piso salarial e salário normativo	465	3.4.5. Declaração falsa e mau uso do vale-transporte	493
1.2.1. Salário mínimo do professor	467	3.4.6. Ônus da prova.....	493
1.2.2. Salários profissionais e normativos.....	467	3.5. Salário-família	493
1.3. Salário complessivo	468	3.5.1. Carência	494
2. Parcelas salariais (Reforma Trabalhista)	469	3.5.2. Valor do benefício.....	494
2.1. Comissões e percentagens	470	3.5.3. Cessação do benefício	494
2.1.1. Época do pagamento das comissões e percentagens	471	3.6. PIS/PASEP	495
2.2. Gratificações (Reforma Trabalhista)	471	3.7. Stock option	495
2.3. Décimo terceiro salário.....	473	3.8. Abonos (Reforma Trabalhista).....	496
2.3.1. Décimo terceiro salário proporcional	474	3.9. Prêmios (Reforma Trabalhista)	496
2.4. Outras parcelas salariais.....	474	3.9.1. Prêmios na MP nº 905/2019 (Revogada)	496
2.5. Adicionais salariais	475	3.10. Auxílio-alimentação (Reforma Trabalhista).....	497
2.5.1. Adicional de hora extraordinário	475	4. Salário-utilidade ou salário in natura	498
2.5.1.1. Introdução	475	4.1. Natureza jurídica da utilidade.....	499
2.5.2. Adicional noturno.....	477	5. Da forma, do tempo e do local do pagamento...	501
2.5.3. Adicional de transferência.....	478	6. Garantias de proteção ao salário	502
2.5.4. Adicional de periculosidade	479	6.1. Irredutibilidade salarial	502
2.5.4.1. Atividades perigosas	479	6.1.1. Redução proporcional dos salários e de jornada durante a pandemia de coronavírus (Lei nº 14.020/2020)	503
2.5.4.2. Base de cálculo.....	480	6.2. Intangibilidade salarial	504
2.5.4.3. Necessidade de perícia..	481	6.3. Vedação ao truck system	506
2.5.4.4. Cumulação do adicional de periculosidade.....	481	6.4. Pagamento na primeira audiência judicial	506
2.5.4.5. Da flexibilização do adicional de periculosidade..	483	6.5. Proteção em face dos credores.....	506
2.5.5. Adicional de insalubridade	484	7. Equiparação salarial (Reforma Trabalhista)...	507
2.5.5.1. Base de cálculo.....	485	7.1. Requisitos da equiparação salarial.....	507
2.5.5.2. Enquadramento do grau de insalubridade (Reforma Trabalhista)	486	7.1.1. Identidade de empregadores.....	508
2.5.5.3. Reflexo nas demais parcelas.....	487	7.1.2. Trabalho no mesmo estabelecimento do empregador	509
2.5.5.4. Ambientes insalubres e horas extras.....	488	7.1.3. Identidade de funções.....	510
2.5.5.5. Fornecimento de EPI e Ambiente de trabalho ...	489	7.1.4. Trabalho de igual valor	510
2.5.5.6. Afastamento de gestante e lactante de atividades insalubres (Reforma Trabalhista)	489	7.1.5. Diferença de tempo de serviço de, no máximo, 4 anos e na mesma função de, no máximo, 2 anos.....	510
3. Parcelas sem natureza salarial	490	7.1.6. Inexistência de quadro de carreira ou de plano de cargos e salários ..	511
3.1. Participação nos lucros e resultados – PLR.....	490	7.1.6.1. Critérios de promoção por antiguidade e merecimento	512
3.2. Ajuda de custo.....	491	7.2. Trabalhador readaptado	512
3.3. Diárias para viagem (Reforma Trabalhista) ..	491	7.3. Equiparação salarial na Administração Pública	513
3.4. Vale-transporte.....	491	7.4. Equiparação salarial em cadeia.....	514
3.4.1. Desconto no salário do empregado	492	7.5. Multa por conduta discriminatória	515
3.4.2. Natureza jurídica da parcela	492	7.6. Equiparação por equivalência e salário-substituição	516
3.4.3. Vale-transporte nas férias e faltas do empregado	492	8. Desvio e acúmulo de função	517
3.4.4. Vale-transporte do empregado doméstico e do avulso.....	493	9. Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST.....	518
		10. Informativos do TST	523

11. Legislação relacionada ao capítulo.....	533
12. Questões fundamentadas	534
13. Meu resumo para memorização do Capítulo..	540
13.1. Quais os principais pontos que eu aprendi ao longo do capítulo que considero importantes?	540

CAPÍTULO VIII

ESTABILIDADE E FGTS	547
1. Introdução.....	547
2. Estabilidade por tempo de serviço	547
3. Garantias provisórias de emprego ou estabilidades provisórias	548
3.1. Dirigente sindical.....	548
3.2. Empregada gestante.....	550
3.2.1. Estabilidade da gestante em contratos por prazo determinado.....	551
3.2.2. Ausência de estabilidade da trabalhadora temporária	552
3.2.3. Novo posicionamento da 4ª Turma do TST: fim da estabilidade em contratos por prazo determinado? ..	553
3.2.4. Exigência de certidão de nascimento do filho	553
3.2.5. Efeitos da dispensa da gestante.....	553
3.2.6. Estabilidade da gestante e redução de salários e de jornada ou suspensão contratual (Lei nº 14.020/2020).....	554
3.2.7. Afastamento de gestantes e de lactantes de atividades insalubres ..	554
3.2.8. Afastamento de gestantes durante a pandemia de Covid-19 (Lei nº 14.151/2021, alterada pela Lei 14.311/2022).....	555
3.3. Empregado representante da CIPA.....	556
3.4. Empregado acidentado.....	556
3.5. Empregado membro da Comissão de Conciliação Prévia – CCP.....	558
3.6. Representante dos empregados (Reforma Trabalhista)	558
3.7. Outras hipóteses.....	559
3.7.1. Membros do Conselho Nacional da Previdência Social.....	559
3.7.2. Membros do conselho curador do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS	559
3.7.3. Empregados eleitos diretores de sociedades cooperativas.....	559
3.7.4. Empregado público	559
3.7.5. Estabilidade da pessoa com deficiência durante a pandemia do coronavírus (art. 17, V, da Lei nº 14.020/2020).....	560

3.7.6. Programa Especial de Suporte a Empregos (Lei nº 14.043/2020)	560
4. Fundo de garantia por tempo de serviço – FGTS	561
4.1. Introdução.....	561
4.2. Órgãos de administração, gestão e operação do FGTS.....	562
4.3. Trabalhadores com direito ao FGTS	564
4.4. Alíquotas e depósitos	564
4.5. Hipóteses de saque dos depósitos.....	565
4.5.1. Saque do FGTS e desastres naturais	567
4.5.2. A Lei nº 13.932/2019 e o saque-aniversário.....	567
4.5.3. Indenização sobre o FGTS	568
4.6. Prescrição.....	569
5. Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST.....	570
6. Informativos do TST.....	572
7. Legislação relacionada ao capítulo	575
8. Questões fundamentadas.....	576
9. Meu resumo para memorização do Capítulo 581	
9.1. Quais os principais pontos que eu aprendi ao longo do capítulo que considero importantes?	581

CAPÍTULO IX

SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO (MEIO AMBIENTE DE TRABALHO) E DANO MORAL NA RELAÇÃO DE TRABALHO E INDENIZAÇÕES	587
1. Segurança e Medicina do Trabalho (meio ambiente de trabalho).....	587
1.1. Introdução.....	587
1.2. Deveres do empregador.....	588
1.3. Deveres do empregado.....	588
1.4. Do papel do Ministério do Trabalho e Previdência.....	589
1.4.1. Interdição ou embargo e inspeção prévia.....	590
1.4.2. Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) e Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO).....	591
1.5. CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes.....	591
1.5.1. Da composição da CIPA.....	592
1.6. Da competência para apreciar e julgar questões ligadas ao ambiente de trabalho.....	592

1.7. Suspensão de exigências administrativas em segurança e saúde no trabalho	593
1.7.1. Exames médicos ocupacionais...	593
1.7.2. Suspensão de treinamentos periódicos e eventuais dos empregados previstos em normas regulamentadoras de segurança e saúde no trabalho.....	593
1.7.3. Manutenção das CIPAS.....	593
2. Dano moral na relação de trabalho e indenizações	593
2.1. Introdução.....	593
2.2. Dano material	594
2.3. Dano extrapatrimonial (Reforma Trabalhista).....	594
2.3.1. Regulamentação do dano extrapatrimonial.....	594
2.3.2. Requisitos para a configuração do dano extrapatrimonial.....	595
2.3.2.1. Dano imaterial	596
2.3.2.2. Ação ou omissão e nexos causal	596
2.3.2.3. Culpa em sentido lato ...	597
2.3.3. Titularidade do direito à reparação do dano	597
2.3.4. Bens jurídicos tutelados	599
2.3.4.1. Bens juridicamente tutelados da pessoa física.....	599
2.3.4.2. Bens juridicamente tutelados da pessoa jurídica	599
2.3.5. Responsabilidade na proporção da ação ou da omissão	600
2.3.6. Cumulação de danos materiais e danos extrapatrimoniais	601
2.3.6.1. Perdas e danos	601
2.3.7. Arbitramento do dano moral.....	602
2.3.7.1. Da inconstitucionalidade do dispositivo.....	604
2.4. Dano estético	605
2.5. Dano moral coletivo	605
2.6. Assédio moral	606
2.7. Assédio eleitoral	607
2.8. Assédio sexual.....	607
2.9. Assédio processual.....	608
2.10. Competência para julgar ações envolvendo dano moral.....	608
3. Responsabilidade civil decorrente de acidentes do trabalho	608
3.1. Introdução.....	608
3.2. Responsabilidade civil no ordenamento jurídico brasileiro	609
3.3. Responsabilidade civil nos acidentes de trabalho.....	609
3.3.1. Acidente de trabalho.....	609
3.3.1.1. Acidente de trabalho típico.....	610
3.3.1.2. Acidente de trabalho equiparado.....	610
3.3.1.3. Doença ocupacional e COVID-19	612
3.3.2. Comunicação de acidente do trabalho – CAT.....	612
3.3.3. Nexos de causalidade.....	613
3.3.4. Estabilidade do acidentado	614
3.3.5. Responsabilidade civil subjetiva e objetiva do empregador	614
3.4. Reparação do dano decorrente de acidentes de trabalho.....	617
3.4.1. Dano material e moral.....	617
3.4.2. Perda de uma chance.....	617
3.4.3. Indenização por morte da vítima	617
3.4.4. Indenização por incapacidade transitória	618
3.4.5. Indenização por incapacidade permanente (invalidez).....	618
3.4.6. Dano estético	618
3.5. Competência para julgar ações envolvendo acidente do trabalho.....	619
4. Súmulas e Orientações Jurisprudenciais do TST..	620
5. Informativos do TST.....	620
6. Legislação relacionada ao capítulo	624
7. Questões fundamentadas.....	624
8. Meu resumo para memorização do Capítulo 629	
8.1. Quais os principais pontos que eu aprendi ao longo do capítulo que considero importantes?	629
CAPÍTULO X	
AVISO-PRÉVIO, TÉRMINO DO CONTRATO DE TRABALHO, PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA.....	631
1. Aviso-prévio	631
1.1. Estabilidade adquirida durante o período do aviso-prévio	632
1.2. Aviso-prévio concedido pelo empregador	633
1.3. Aviso-prévio concedido pelo empregado...	635
1.4. Aviso-prévio no contrato por prazo determinado.....	635
1.5. Reconsideração do aviso-prévio.....	635
1.6. Falta grave no curso do aviso-prévio.....	636
2. Término do contrato de trabalho.....	636
2.1. Resilição.....	636
2.1.1. Hipóteses de resilição unilateral	637
2.1.1.1. Demissão.....	637
2.1.1.2. Dispensa ou despedida sem justa causa.....	637

2.1.1.3. Programa de Demissão Voluntária (Reforma Trabalhista) – PDV	637	2.6.1. Extinção da homologação das verbas trabalhistas.....	659
2.1.1.3.1.....Natureza jurídica do PDV.....	638	2.6.1.1. Homologação de acordo extrajudicial	660
2.1.1.3.2.Eficácia liberatória – regulamentação anterior à Reforma Trabalhista	638	2.6.2. Recibo de quitação das verbas trabalhistas	661
2.1.1.3.3.Posicionamento do STF e a força dos instrumentos coletivos.....	639	2.6.3. Forma de pagamento das verbas rescisórias.....	662
2.1.1.3.4.Eficácia liberatória do PDV – Reforma Trabalhista	639	2.6.4. Prazo para cumprimento das obrigações decorrentes da extinção do contrato de trabalho.....	662
2.1.1.3.5.Quitação plena e irrevogável	640	2.6.5. Fim da assistência na rescisão contratual.....	663
2.1.2. Resilição Bilateral: Distrato (Reforma Trabalhista).....	641	2.6.6. Multa do art. 477, § 8º, CLT	664
2.1.2.1. Verbas rescisórias devidas no distrato.....	642	2.6.7. Reconhecimento judicial do vínculo de emprego.....	664
2.1.2.2. Saque dos depósitos do FGTS.....	643	2.6.8. Questões controvertidas acerca da multa do art. 477 da CLT.....	664
2.1.2.3. Seguro-desemprego	644	2.6.9. Administração Pública e Massa falida	665
2.3. Resolução.....	644	2.6.10. Saque do FGTS e requerimento do seguro-desemprego.....	666
2.3.1. Dispensa por justa causa – art. 482 da CLT	645	2.7. Quitação anual de obrigações trabalhistas (Reforma Trabalhista)	666
2.3.2. Rescisão indireta (ou dispensa indireta) – art. 483 da CLT.....	648	3. Prescrição e decadência	669
2.3.3. Culpa recíproca (art. 484 da CLT e Súmula nº 14 do TST).....	650	3.1. Prescrição.....	669
2.4. Rescisão	652	3.1.1. Prazos prescricionais.....	670
2.5. Demais hipóteses de término do contrato de trabalho.....	652	3.1.2. Prescrição total e parcial (Reforma Trabalhista).....	671
2.5.1. Término do contrato por prazo determinado	652	3.1.3. Causas impeditivas, suspensivas e interruptivas da prescrição (Reforma Trabalhista).....	674
2.5.2. Força maior.....	653	3.1.3.1. Prazos prescricionais durante a pandemia do novo coronavírus.....	675
2.5.2.1. Dispensa por força maior durante a pandemia.....	653	3.1.4. Prescrição do FGTS.....	675
2.5.3. Morte do empregador	654	3.1.5. Prescrição do avulso	676
2.5.4. Aposentadoria.....	654	3.1.6. Imprescritibilidade das anotações na CTPS.....	677
2.5.5. Fato do príncipe ou factum principis	655	3.1.7. Prescrição de ofício	677
2.5.5.1. Fato do príncipe durante a pandemia.....	655	3.1.8. Prescrição intercorrente	678
2.5.6. Dispensa discriminatória.....	655	3.1.8.1. Posicionamento dos tribunais antes da Lei.....	679
2.5.6.1. Indenização dobrada pela dispensa discriminatória	657	3.1.8.2. Prazo de 2 anos.....	679
2.5.6.2. ADPF 648 e a constitucionalidade da Súmula nº 443 do TST.....	658	3.2. Decadência.....	681
2.5.7. Término do contrato de trabalho – Pessoa com deficiência	658	4. Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST.....	682
2.6. Obrigações decorrentes do término do contrato de trabalho (Reforma Trabalhista).....	659	5. Informativos do TST.....	685
		6. Legislação relacionada ao capítulo	693
		7. Questões fundamentadas.....	693
		8. Meu resumo para memorização do Capítulo ..	698
		8.1. Quais os principais pontos que eu aprendi ao longo do capítulo que considero importantes?	698

CAPÍTULO XI

DIREITO COLETIVO DO TRABALHO..... 707

1. Introdução.....	707		
2. Princípios específicos de direito coletivo do trabalho.....	707		
2.1. Liberdade sindical	708		
2.2. Princípio da autorregulamentação	709		
2.3. Limite da negociação coletiva ou princípio da adequação setorial negociada ...	709		
2.4. Princípio da boa-fé ou da lealdade e boa-fé ou da transparência.....	711		
3. Organização sindical brasileira.....	711		
3.1. Sindicatos	712		
3.1.1. Divisão dos sindicatos em categorias	712		
3.1.2. Fundação do sindicato e a Convenção Internacional nº 87 da OIT.....	713		
3.1.3. Livre filiação dos trabalhadores ..	714		
3.1.4. Organização do sindicato	714		
3.2. Custeio do sindicato	716		
3.2.1. Contribuição sindical	716		
3.2.1.1. Regulamentação anterior à Reforma Trabalhista: tributo	716		
3.2.1.2. Regulamentação da contribuição sindical após a Reforma Trabalhista: como ficou?	716		
3.2.1.3. Empregados sindicalizados – como fica?	719		
3.2.1.4. Procedimento ligado à contribuição sindical que permanece após a Reforma Trabalhista.....	719		
3.2.1.5. Decisão do STF sobre a constitucionalidade da atual regulamentação da contribuição sindical.....	720		
3.2.1.6. Aspectos processuais.....	721		
3.2.1.7. Autorização por meio de assembleia geral e o Enunciado nº 24 da CCR do MPT	721		
3.2.1.8. Autorização individual, expressa e por escrito e a MP nº 873/2019.....	722		
3.2.1.9. Competência da Justiça Comum para processar e julgar ações envolvendo contribuição sindical de servidores públicos estatutários.....	722		
3.2.2. Contribuição confederativa	723		
3.2.3. Contribuição assistencial	724		
3.2.3.1. Do papel da Justiça do Trabalho diante de cobranças abusivas.....	725		
		3.2.3.2. Repasse de contribuições das empresas diretamente ao sindicato da categoria profissional	725
		3.2.4. Mensalidade sindical	726
		3.3. Federação e confederação	727
		3.4. Centrais sindicais	727
4. Negociação coletiva – convenção e acordo coletivo ..	728		
4.1. Prevalência do negociado sobre o legislado (Reforma Trabalhista)	730		
4.1.1. Tema 1.046 da Repercussão Geral: prevalência do negociado sobre o legislado.....	733		
4.2. Rol exemplificativo de valorização do negociado (Reforma Trabalhista) de valorização do negociado	734		
4.2.1. Jornada de Trabalho	736		
4.2.2. Banco de horas	736		
4.2.3. Intervalo Intrajornada	737		
4.2.4. Programa Seguro-Emprego	738		
4.2.5. Plano de cargos, salários e funções e identificação dos cargos de confiança.....	738		
4.2.6. Regulamento de empresa	739		
4.2.7. Representante dos trabalhadores no local de trabalho.....	740		
4.2.8. Teletrabalho, regime de sobreaviso, e trabalho intermitente.....	740		
4.2.9. Remuneração por produtividade e por desempenho individual.....	741		
4.2.10. Registro de Jornada	741		
4.2.11. Troca de dia dos feriados.....	742		
4.2.12. Enquadramento do grau de insalubridade.....	742		
4.2.13. Prorrogação da jornada em ambientes insalubres.....	743		
4.2.14. Prêmios e incentivos.....	744		
4.2.15. Participação nos lucros ou resultados da empresa	744		
4.3. Discussões sobre os limites da flexibilização trabalhista por instrumento coletivo	745		
4.3.1. Natureza salarial da parcela recebida	746		
4.3.2. Alteração prejudicial do contrato de trabalho.....	746		
4.3.3. Pagamento parcelado de gratificações	746		
4.3.4. Fracionamento de férias	746		
4.3.5. Parcelamento das verbas rescisórias e multa do art. 477, § 8º, da CLT	747		
4.4. Poder Judiciário e controle dos instrumentos coletivos de trabalho (Reforma Trabalhista)	747		
4.5. Litisconsórcio necessário dos sindicatos em ações que tenha como objeto a anulação de cláusulas de instrumento coletivo de trabalho.....	748		

4.5.1. Princípio da contrapartida e garantia provisória na hipótese de redução salarial (Reforma Trabalhista) ...	749	4.6.26. Direito de não sofrer desconto ou cobrança salarial previsto em convenção ou acordo trabalhista.....	762
4.5.2. Anulação de cláusula compensatória em instrumento coletivo	750	4.6.27. Direito de greve e serviços essenciais.....	762
4.6. Limites ao negociado (Reforma Trabalhista)...	752	4.6.28. Tributos e outros créditos de terceiros	763
4.6.1. Rol taxativo de limitação à negociação coletiva	754	4.6.29. Proteção do trabalho da mulher	763
4.6.2. Normas de identificação do trabalhador e anotações na CTPS.....	755	4.7. Regras sobre duração do trabalho e intervalos	763
4.6.3. Seguro-desemprego.....	755	4.8. Dispensa em massa (Reforma Trabalhista) ..	764
4.6.4. Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).....	755	4.9. Requisitos formais da negociação coletiva	766
4.6.5. Salário mínimo	755	4.10. Vigência dos instrumentos coletivos de trabalho (Reforma Trabalhista)	768
4.6.6. Valor nominal do 13º salário	756	4.10.1. Antes da alteração da Súmula nº 277 do TST	769
4.6.7. Remuneração do trabalho noturno superior à do diurno	756	4.10.2. Após a alteração da Súmula nº 277 do TST	770
4.6.8. Proteção do salário.....	756	4.10.3. Liminar do STF (APDF 323/DF).....	772
4.6.9. Salário-família.....	757	4.10.4. Alteração promovida pela Reforma Trabalhista	772
4.6.10. Repouso semanal remunerado.....	757	4.10.5. Decisão final do STF (APDF 323/DF)....	773
4.6.11. Remuneração dos serviços extraordinário superior, no mínimo, em 50% à do normal	758	4.10.5. Sentença normativa.....	773
4.6.12. Direito de férias e duração	758	5. Greve.....	774
4.6.13. Licença-maternidade, com duração mínima de 120 dias	758	5.1. Introdução	774
4.6.14. Licença-paternidade	758	5.2. Interesses defendidos na greve	776
4.6.15. Proteção do mercado de trabalho da mulher	758	5.3. Direitos e deveres dos grevistas	777
4.6.16. Aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, de no mínimo, 30 dias ..	759	5.4. Greve em serviços essenciais.....	777
4.6.17. Normas de saúde, higiene e segurança do trabalho previstas em lei ou em normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Previdência	759	5.5. Requisitos para o exercício do direito de greve	778
4.6.18. Adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas.....	759	5.6. Greve no serviço público.....	779
4.6.19. Aposentadoria.....	760	6. Representação dos empregados nas empresas (Reforma Trabalhista)	782
4.6.20. Seguro contra acidentes de trabalho...	760	6.1. Composição da comissão de representantes	783
4.6.21. Prescrição	760	6.2. Atribuições da Comissão de Representantes de Empregados.....	783
4.6.22. Proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador com deficiência	761	6.3. Eleição dos representantes dos empregados	784
4.6.23. Trabalho do adolescente e Medidas de proteção legal às crianças e adolescentes	761	6.4. Mandato do membro da comissão de representantes do empregado	786
4.6.24. Igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso..	762	6.4.1. Estabilidade do membro da comissão de representantes	787
4.6.25. Liberdade de associação profissional ou sindical.....	762	6.4.2. Guarda de documentos	787
		7. Direitos e interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos na esfera trabalhista	788
		8. Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST.....	789
		9. Informativos do TST.....	790
		10. Legislação relacionada ao capítulo	797
		11. Questões fundamentadas	797
		12. Meu resumo para memorização do Capítulo	806
		12.1. Quais os principais pontos que eu aprendi ao longo do capítulo que considero importantes?	806

● PARTE II

PROCESSO DO TRABALHO**CAPÍTULO I****FONTES E INTEGRAÇÃO. PRINCÍPIOS DO PROCESSO DO TRABALHO**

1. Fontes e integração.....	817
2. Eficácia da Norma Processual no Tempo e no Espaço.....	818
2.1. Eficácia no tempo.....	818
2.1.1. Eficácia temporal da Lei nº 13.467/17 (Reforma Trabalhista).....	819
2.1.1.1. Honorários Periciais.....	821
2.1.1.2. Honorários Advocatícios.....	821
2.1.1.3. Recursos.....	821
2.2. Eficácia no espaço.....	822
3. Princípios.....	822
3.1. Introdução.....	822
3.2. Princípios do processo do trabalho.....	822
3.2.1. Princípio da proteção.....	822
3.2.2. Princípio da conciliação.....	823
3.2.3. Princípio do jus postulandi.....	823
3.2.4. Princípio da oralidade.....	824
3.2.5. Princípio da irrecorribilidade imediata das decisões interlocutórias.....	824
3.2.6. Princípio da extrapetição.....	824
3.2.7. Princípio da simplicidade.....	825
3.3. Princípios do Código de Processo Civil.....	825
3.3.1. Princípio da primazia da decisão de mérito.....	825
3.3.2. Princípio da cooperação.....	825
3.3.3. Princípio da boa-fé.....	825
3.4. Outros princípios processuais.....	826
3.4.1. Princípio dispositivo.....	826
3.4.2. Princípio inquisitivo.....	826
3.4.3. Princípio do duplo grau de jurisdição.....	826
3.4.4. Princípio da instrumentalidade das formas.....	827
3.4.5. Princípio da preclusão.....	827
4. Legislação relacionada ao capítulo.....	827
5. Questões fundamentadas.....	827
6. meu resumo para memorização do capítulo.....	829
6.1. Quais os principais pontos que eu aprendi ao longo do capítulo que considero importantes?.....	829

CAPÍTULO II**ORGANIZAÇÃO DA JUSTIÇA DO TRABALHO**

1. Introdução.....	831
2. Tribunal Superior do Trabalho.....	831
3. Tribunais Regionais do Trabalho.....	833
4. Juízes do trabalho.....	835
5. Ingresso na carreira.....	835
6. Garantias dos juízes.....	835
7. Vedações dos juízes.....	836
8. DEVERES E PODERES DOS JUÍZES.....	836
9. "Juízo 100% Digital".....	836
10. Serviços auxiliares da Justiça do Trabalho.....	837
10.1. Secretarias das varas do trabalho.....	837
10.2. Secretarias dos tribunais.....	838
10.3. Serviços de distribuição de feitos.....	838
10.4. Oficiais de justiça avaliadores.....	839
11. Legislação relacionada ao capítulo.....	839
12. QUESTÕES FUNDAMENTADAS.....	840
13. Meu resumo para memorização do Capítulo ..	841
13.1. Quais os principais pontos que eu aprendi ao longo do capítulo que considero importantes?.....	841

CAPÍTULO III**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**

1. Ministério público: Conceito.....	843
2. Organização.....	843
3. Ministério Público do Trabalho.....	844
4. Princípios institucionais.....	845
4.1. Unidade.....	845
4.2. Indivisibilidade.....	845
4.3. Independência funcional.....	845
4.4. Promotor natural.....	845
5. Atribuições do ministério público do trabalho.....	845
6. Interesses e direitos metaindividuais tutelados pelo ministério público.....	846
7. Súmulas e Orientações Jurisprudenciais do TST.....	847
8. Informativos do TST Relacionados ao Tema.....	847
9. legislação relacionada ao capítulo.....	848
10. Questões fundamentadas.....	848
11. Meu resumo para memorização do Capítulo ..	849
11.1. Quais os principais pontos que eu aprendi ao longo do capítulo que considero importantes?.....	850

CAPÍTULO IV**FORMAS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E JURISDIÇÃO**

1. Formas de solução de conflitos.....	851
2. Formas consensuais de solução de conflitos (autocomposição).....	851
2.1. Mediação e Conciliação.....	851
2.2. Comissão de Conciliação Prévia.....	852
2.2.1. Introdução.....	852

2.2.2. Composição da Comissão de Conciliação Prévia Criada em Âmbito da Empresa	852	3. Competência em razão da matéria e da pessoa.....	866
2.2.3. Necessidade de Submeter a Demanda à Comissão de Conciliação Prévia	853	3.1. Ações oriundas da relação do trabalho	867
2.2.4. Consequências da Conciliação Firmada Perante a CCP.....	853	3.1.1. Relações de consumo	868
2.3. Processo de jurisdição voluntária de homologação de acordo extrajudicial...	854	3.1.2. Honorários advocatícios	868
3. Arbitragem.....	854	3.1.3. Ações Penais	868
4. Jurisdição.....	855	3.1.4. Representantes Comerciais.....	868
4.1. Jurisdição voluntária	855	3.1.5. Motoristas de Aplicativo	868
4.2. Jurisdição voluntária no processo do trabalho	855	3.2. Entes de direito público externo	869
4.3. Procedimento da homologação de acordo extrajudicial	855	3.2.1. Estados estrangeiros.....	869
4.3.1. Petição conjunta.....	855	3.2.2. Organismos ou organizações internacionais	869
4.3.2. Representação por advogado.....	856	3.3. Servidores da administração pública.....	870
4.3.3. Prazo para analisar o acordo extrajudicial.....	856	3.3.1. Relação empregatícia	870
4.3.4. Realização de audiência	856	3.3.2. Relação estatutária	870
4.3.5. Sentença.....	856	3.3.3. Relação de caráter jurídico-administrativa.....	871
4.3.6. Requisitos do acordo extrajudicial.....	857	3.3.4. Cargo em comissão.....	871
4.3.6.1. Transação.....	857	3.3.5. Alteração do regime de contratação.	871
4.3.6.2. Observância do prazo para pagamento das verbas rescisórias.....	857	3.3.5.1. Empregados contratados antes da CF/88, sem submissão do concurso público	872
4.3.6.3. Parcelas alcançadas pelo acordo extrajudicial (quitação geral do contrato de trabalho)	857	3.3.5.2. Contratação sem concurso público após a CF/88	872
4.3.7. Suspensão e retorno da contagem do prazo prescricional	858	3.4. Competência trabalhista perante a greve.....	872
5. Informativos do TST Relacionados ao Tema	859	3.4.1. Dissídio coletivo de greve de servidor público.....	873
6. Legislação relacionada ao capítulo	859	3.5. Ações envolvendo sindicatos.....	873
7. QUESTÕES FUNDAMENTADAS	860	3.6. Mandado de segurança, habeas corpus e habeas data.....	874
8. Meu resumo para memorização do Capítulo	860	3.6.1. Mandado de segurança.....	874
8.1. Quais os principais pontos que eu aprendi ao longo do capítulo que considero importantes?.....	861	3.6.2. Habeas Corpus.....	874
		3.6.3. Habeas Data.....	875
		3.7. Ações de indenização por dano moral ou patrimonial	875
		3.8. Ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização do trabalho.....	876
		3.9. Execução, de ofício, das contribuições sociais das sentenças que proferir	876
		3.10. Outras competências da Justiça do Trabalho	877
		3.11. Ações envolvendo o meio ambiente do trabalho.....	877
		3.12. Competência normativa	877
		4. Competência funcional.....	878
		5. Competência em razão do lugar (territorial)	878
		5.1. Local da prestação dos serviços	879
		5.2. Agente ou viajante comercial	879
		5.3. Empregado brasileiro que trabalha no exterior	879

CAPÍTULO V

COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO

1. Competência.....	863
1.1. Introdução.....	863
1.2. Competência absoluta e relativa	864
1.2.1. Competência absoluta.....	864
1.2.2. Competência relativa.....	864
1.2.3. Diferenças entre a competência absoluta e relativa	865
2. Critérios de modificação da competência.....	865
2.1. Conexão e continência.....	866

5.4. Empregador que promove a prestação dos serviços fora do lugar da celebração do contrato	880	12.2. Direito intertemporal (Lei nº 13.467/17)....	922
5.5. Competência Territorial na Ação Civil Pública	880	13. Assédio processual	923
5.6. Foro de eleição	881	14. Chamamento à Autoria no Fato do Príncipe	924
6. Conflitos de competência	881	14.1. Procedimento	924
7. Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST... ..	883	14.2. Coronavírus e fato do príncipe	925
8. Informativos do TST Relacionados ao Tema ..	884	15. Súmulas e Orientações Jurisprudenciais do TST..	926
9. Legislação relacionada ao capítulo	893	16. Informativos do TST relacionados ao Tema...	928
10. Questões Fundamentadas	894	17. Legislação relacionada ao capítulo	936
11. Meu resumo para memorização do Capítulo ..	899	18. Questões fundamentadas	936
11.1. Quais os principais pontos que eu aprendi ao longo do capítulo que considero importantes?	899	19. Meu resumo para memorização do Capítulo ..	939
		19.1. Quais os principais pontos que eu aprendi ao longo do capítulo que considero importantes?	939

CAPÍTULO VI

PARTES E PROCURADORES NO PROCESSO DO TRABALHO

1. Conceito	901
2. Capacidade de ser parte	901
3. Capacidade processual	901
3.1. Representação	902
3.1.1. Incapazes	902
3.1.2. Representação das pessoas jurídicas	903
3.1.3. Representação em audiência	903
4. Capacidade postulatória e o jus postulandi ..	905
5. Representação por advogado	906
5.1. Substabelecimento	907
5.2. Condições de validade do mandato e do substabelecimento	907
5.3. Mandato tácito	908
5.4. Estagiário	908
5.5. Atuação momentânea sem o instrumento de mandato	909
5.6. Regularização da representação	910
6. Honorários advocatícios	911
7. Benefício da justiça gratuita	913
7.1. Conceito	913
7.2. Características do benefício da justiça gratuita	913
7.3. Sujeitos beneficiários	915
7.4. Abrangência da gratuidade	915
7.5. Concessão parcial da gratuidade e parcelamento	916
8. Litisconsórcio	916
8.1. Esquema das classificações dos litisconsórcios	919
9. Substituição processual	919
10. Sucessão processual	920
11. Deveres das partes e daqueles que participam do processo	921
12. Litigância de má-fé	922
12.1. Beneficiário da justiça gratuita	922

ATOS PROCESSUAIS

1. Introdução	941
2. Comunicação dos atos processuais	942
2.1. Formas de citação	942
2.2. Formas de intimação	944
3. Prazos processuais	945
3.1. Princípios dos prazos processuais	946
3.2. Contagem dos prazos processuais	946
3.2.1. Contagem em dias úteis	947
3.2.2. Início da contagem quando marcada audiência de julgamento ...	947
3.2.3. Contagem dos prazos no processo eletrônico	948
3.2.4. Interrupção e suspensão	949
3.2.4.1. Recesso forense	949
3.3. Prazos diferenciados	950
3.4. Principais prazos processuais	951
4. Despesas processuais	951
4.1. Custas processuais	952
4.1.1. Valor das custas processuais	952
4.1.2. Responsabilidade pelo pagamento das custas	953
4.1.3. Momento do recolhimento das custas	953
4.1.4. Isentos do pagamento das custas	953
4.2. Valor dos emolumentos	954
4.3. Honorários periciais	954
5. Negócio jurídico processual	956
6. Súmulas e Orientações Jurisprudenciais do TST..	957
7. Informativos do TST relacionados ao Tema	959
8. Legislação relacionada ao capítulo	960
9. Questões fundamentadas	960
10. Meu resumo para memorização do capítulo ...	963
10.1. Quais os principais pontos que eu aprendi ao longo do capítulo que considero importantes?	963

CAPÍTULO VIII

NULIDADES PROCESSUAIS

1. Vícios processuais: classificação.....	965
2. Princípios das nulidades processuais	965
2.1. Princípio da transcendência (prejuízo) ..	965
2.2. Princípio da convalidação ou preclusão ..	966
2.3. Princípio da economia processual	966
2.4. Princípio do interesse.....	966
2.5. Princípio da utilidade	966
2.6. Princípio da instrumentalidade das formas	967
3. Quadro resumido	967
4. Informativos do tst relacionados ao tema....	967
5. Legislação relacionada ao capítulo	967
6. QUESTÕES FUNDAMENTADAS	968
7. Meu resumo para memorização do Capítulo ..	969
7.1. Quais os principais pontos que eu aprendi ao longo do capítulo que considero importantes?.....	969

CAPÍTULO IX

PETIÇÃO INICIAL	971
1. Formas de reclamação	971
2. Requisitos da petição inicial	971
2.1. Causa de pedir (breve exposição dos fatos)	972
2.2. Pedido	972
2.2.1. Requisitos do pedido	973
2.2.2. Cumulação de pedidos.....	973
3. Aditamento e emenda da petição inicial.....	974
4. Indeferimento da petição inicial	975
4.1. Recurso da decisão que indefere liminarmente a petição inicial.....	976
5. Improcedência liminar do pedido	976
6. Desistência da reclamação	977
6.1. Desistência de questão idêntica à resolvida pelo recurso representativo da controvérsia	978
7. Informativos do TST relacionados ao capítulo ...	979
8. Legislação relacionada ao capítulo	980
9. Questões fundamentadas.....	980
10. Meu resumo para memorização do Capítulo ..	981
10.1. Quais os principais pontos que eu aprendi ao longo do capítulo que considero importantes?.....	981

CAPÍTULO X

AUDIÊNCIAS	983
1. Generalidades.....	983
2. Atraso na audiência.....	984
3. Fracionamento da audiência	984
4. Comparecimento das partes.....	985
4.1. Representação do empregador pelo gerente ou preposto	985
4.2. Ausência do reclamante	986
4.3. Ausência do reclamado.....	987
4.3.1. Pessoa jurídica de direito público..	988

4.3.2. Presença do advogado em audiência e ausência da reclamada...	988
5. Suspensão da audiência	989
6. Audiências telepresenciais e por videoconferência	989
6.1. Generalidades	989
6.2. Audiência de conciliação e apresentação da contestação	991
6.3. Audiência de instrução.....	992
6.4. Sustentação oral.....	993
7. Acordo judicial	993
8. Súmulas e Orientações Jurisprudenciais do TST..	995
9. Informativo do TST Relacionado ao Tema	995
10. Legislação relacionada ao capítulo	997
11. Questões fundamentadas.....	997
12. Meu resumo para memorização do Capítulo ..	1000
12.1. Quais os principais pontos que eu aprendi ao longo do capítulo que considero importantes?.....	1000

CAPÍTULO XI

RESPOSTA DO RÉU	1003
1. Introdução.....	1003
2. Contestação.....	1004
2.1. Defesas processuais	1004
2.1.1. Incompetência relativa	1004
2.1.2. Legitimidade	1005
2.2. Defesas de mérito.....	1005
2.2.1. Compensação x dedução x retenção	1006
2.3. Princípios	1007
2.3.1. Princípio da impugnação específica	1007
2.3.2. Princípio da eventualidade	1007
2.4. Revelia.....	1007
2.4.1. Não produção dos efeitos da revelia	1008
2.4.2. Presença do advogado em audiência e ausência da reclamada...	1008
3. Exceções	1010
3.1. Exceção de impedimento e suspeição..	1011
3.1.1. Momento de Alegação	1012
3.1.2. Procedimento	1012
3.2. Exceção de incompetência (relativa)	1013
3.2.1. Prazo para apresentação	1014
3.2.2. Necessidade de indicação do juízo competente.....	1014
3.2.3. Suspensão do processo.....	1014
3.2.4. Contraditório	1015
3.2.5. Produção de prova oral	1015
3.2.6. Decisão da exceção de incompetência	1015
3.2.7. Recorribilidade da decisão proferida na exceção	1015
3.2.8. Fluxograma.....	1016
4. Reconvenção.....	1017

5. Súmulas e Orientações Jurisprudenciais do TST..	1018
6. Informativo do TST Relacionado ao Tema	1018
7. Legislação relacionada ao capítulo	1018
8. Questões fundamentadas.....	1019
9. Meu resumo para memorização do Capítulo	1020
9.1. Quais os principais pontos que eu aprendi ao longo do capítulo que considero importantes?.....	1020

CAPÍTULO XII

PROVAS	1021
1. Introdução.....	1021
2. Princípios da prova	1021
2.1. Contraditório e ampla defesa	1021
2.2. Necessidade.....	1022
2.3. Oralidade	1023
2.4. Imediação	1023
2.5. Aquisição processual da prova ou comunhão da prova	1023
3. Classificação	1024
4. Ônus da prova	1024
4.1. Distribuição do ônus da prova (Teorias estática, dinâmica e convencional).....	1025
4.1.1. Teoria Estática do ônus da prova	1025
4.1.2. Teoria dinâmica do ônus da prova.....	1025
4.1.2.1. Momento de aplicação da teoria dinâmica do ônus da prova	1026
4.1.2.2. Fundamentação da decisão	1026
4.1.2.3. Prova impossível ou excessivamente difícil	1026
4.1.3. Distribuição convencional do ônus da prova	1027
4.2. Casos específicos na jurisprudência do TST	1027
4.2.1. Equiparação salarial	1027
4.2.2. Recebimento da notificação.....	1028
4.2.3. Vínculo de emprego e término do contrato de trabalho	1028
4.2.4. Horas extraordinárias	1029
4.2.4.1. Registro de ponto por exceção.....	1030
4.2.5. Dispensa discriminatória de portador de doença grave.....	1031
4.2.6. Vale-transporte	1031
4.2.7. Diferenças no recolhimento do FGTS	1031
4.2.8. Grupo econômico	1032
4.2.9. Terceirização pela administração pública	1032
5. Prova emprestada	1033
6. Meios de prova.....	1034
6.1. Interrogatório e depoimento pessoal....	1034

6.1.1. Confissão	1036
6.2. Prova testemunhal	1037
6.2.1. Generalidades	1037
6.2.2. Quem pode testemunhar?	1037
6.2.3. Número máximo de testemunhas.....	1038
6.2.4. Comparecimento das testemunhas em audiência	1039
6.2.5. Procedimento	1039
6.2.6. Multa aplicada à testemunha.....	1040
6.2.7. Instauração de incidente	1041
6.3. Prova documental	1041
6.3.1. Falsidade de documento	1043
6.4. Prova pericial	1043
6.5. Inspeção judicial	1046
7. Provas e a lei geral de proteção de dados (LGPD)	1046
8. Encerramento da instrução	1047
9. Súmulas e Orientações Jurisprudenciais do TST.....	1048
10. Informativo do TST Relacionado ao Tema	1049
11. legislação relacionada ao capítulo	1053
12. Questões fundamentadas.....	1053
13. Meu resumo para memorização do Capítulo ..	1058
13.1. Quais os principais pontos que eu aprendi ao longo do capítulo que considero importantes?	1058

CAPÍTULO XIII

SENTENÇA E COISA JULGADA	1061
1. Pronunciamentos judiciais.....	1061
1.1. Sentença	1061
1.2. Decisão Interlocutória.....	1062
1.3. Despacho.....	1062
1.4. Acórdão	1062
2. Requisitos da sentença	1062
2.1. Fundamentação	1063
3. Classificação	1065
4. Princípio da congruência	1066
5. Publicação e intimação	1067
6. Julgamento Antecipado	1068
6.1. Julgamento Antecipado Total.....	1068
6.2. Julgamento Parcial do Mérito.....	1068
7. Efeitos anexos DA SENTENÇA.....	1069
7.1. Hipoteca Judiciária.....	1069
8. Coisa Julgada.....	1070
9. Súmulas e Orientações Jurisprudenciais do TST..	1071
10. Informativos do TST Relacionados ao Tema .	1071
11. legislação relacionada ao capítulo	1072
12. Meu resumo para memorização do Capítulo ..	1073
12.1. Quais os principais pontos que eu aprendi ao longo do capítulo que considero importantes?	1073

CAPÍTULO XIV**TUTELA PROVISÓRIA** 1075

1. Tutela provisória 1075
 - 1.1. Distinção: Tutela de urgência e tutela de evidência 1076
2. Tutelas de urgência 1076
 - 2.1. Requisitos para concessão 1077
 - 2.2. Formas de requerimento 1078
 - 2.2.1. Tutela antecipada requerida em caráter antecedente 1079
 - 2.2.1.1. Estabilização da tutela antecipada 1079
 - 2.2.2. Tutela cautelar requerida em caráter antecedente 1080
3. Tutela de evidência 1080
 - 3.1. Requisitos para a concessão da tutela de evidência 1080
4. Momento de concessão e meios de impugnação 1081
5. Súmulas e Orientações Jurisprudenciais do TST.. 1082
6. legislação relacionada ao capítulo 1082
7. Questões fundamentadas 1083
8. Meu resumo para memorização do Capítulo .. 1084
 - 8.1. Quais os principais pontos que eu aprendi ao longo do capítulo que considero importantes? 1084

CAPÍTULO XV**PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO E PROCEDIMENTO SUMÁRIO** 1087

1. Procedimento Sumaríssimo 1087
 - 1.1. Incidência 1087
 - 1.2. Petição inicial e prazo para apreciação. 1087
 - 1.3. Audiência 1088
 - 1.4. Sentença 1088
 - 1.5. Recursos 1088
 - 1.5.1. Recurso ordinário 1088
 - 1.5.2. Recurso de revista 1089
 - 1.5.3. Embargos para a SDI (embargos de divergência) 1089
2. Procedimento Sumário 1089
3. Procedimento ordinário 1090
4. Súmulas e Orientações Jurisprudenciais do TST.. 1090
5. legislação relacionada ao capítulo 1090
6. Questões fundamentadas 1090
7. Meu resumo para memorização do Capítulo .. 1091
 - 7.1. Quais os principais pontos que eu aprendi ao longo do capítulo que considero importantes? 1092

CAPÍTULO XVI**RECURSOS TRABALHISTAS** 1093

1. Teoria geral dos recursos 1093

- 1.1. Meios de impugnação 1093
- 1.2. Conceito de recurso 1093
- 1.3. Classificação 1094
 - 1.3.1. Quanto ao objeto imediato do recurso 1094
 - 1.3.2. Quanto à fundamentação 1094
 - 1.3.3. Quanto à extensão da matéria impugnada 1094
 - 1.3.4. Quanto à independência 1095
 - 1.3.5. Resumo das classificações 1096
- 1.4. Princípios recursais 1096
 - 1.4.1. Princípio do duplo grau de jurisdição 1096
 - 1.4.2. Princípio da taxatividade (tipicidade) 1096
 - 1.4.3. Princípio da unirrecorribilidade (singularidade) 1097
 - 1.4.4. Princípio da consumação 1097
 - 1.4.5. Princípio da fungibilidade (conversibilidade) 1097
 - 1.4.6. Princípio da dialeticidade 1098
 - 1.4.7. Princípio da voluntariedade 1099
 - 1.4.8. Princípio da proibição da reformatio in pejus 1099
 - 1.4.9. Princípio da irrecorribilidade imediata das decisões interlocutórias.. 1099
 - 1.4.10. Princípio da primazia da decisão de mérito 1100
- 1.5. Juízo de admissibilidade e juízo de mérito 1101
 - 1.5.1. Juízo de admissibilidade parcial no recurso de revista 1102
 - 1.5.1.1. Omissão no juízo de admissibilidade parcial.. 1103
 - 1.5.2. Poderes do relator 1103
- 1.6. Pressupostos recursais 1105
 - 1.6.1. Introdução 1105
 - 1.6.2. Cabimento 1105
 - 1.6.3. Legitimidade para recorrer 1106
 - 1.6.4. Interesse em recorrer 1106
 - 1.6.5. Inexistência de fato impeditivo ou extintivo do poder de recorrer 1106
 - 1.6.5.1. Aceitação da decisão 1106
 - 1.6.5.2. Renúncia 1106
 - 1.6.5.3. Desistência 1107
 - 1.6.6. Tempestividade 1107
 - 1.6.6.1. Intempestividade 1108
 - 1.6.7. Representação 1108
 - 1.6.8. Preparo 1110
 - 1.6.8.1. Custas processuais 1111
 - 1.6.8.2. Depósito recursal 1113
 - 1.6.8.2.1. Generalidades 1113
 - 1.6.8.2.2. Prazo para recolhimento e comprovação 1113
 - 1.6.8.2.3. Depósito em conta vinculada ao juízo 1113

1.6.8.2.4. Correção monetária	1114	2.4.2. Prazo	1133
1.6.8.2.5. Substituição do depósito em dinheiro por fiança bancária ou seguro- -garantia judicial	1114	2.4.3. Competência para julgamento... ..	1133
1.6.8.2.6. Valor do depósito recur- sal	1115	2.4.4. Pressupostos específicos de admissibilidade	1134
1.6.8.2.7. Redução do valor do depósito recursal pela metade	1116	2.4.4.1. Prequestionamento	1134
1.6.8.2.8. Recursos que exigem o depósito recursal	1117	2.4.4.2. Transcendência	1136
1.6.8.2.9. Diferença no recolhimen- to do depósito recursal.	1117	2.4.4.2.1. Direito intertemporal... ..	1136
1.6.8.2.10. Isenção do depósito recursal	1118	2.4.5. Hipóteses de cabimento	1137
1.6.9. Regularidade formal	1118	2.4.5.1. Divergência jurispruden- cial	1137
1.7. Juntada de documentos	1119	2.4.5.1.1. Incidente de uniformiza- ção trabalhista	1139
1.8. Efeitos recursais	1119	2.4.5.1.1.1. Direito intertemporal.	1140
1.8.1. Efeito obstativo	1119	2.4.5.2. Violação literal de dis- posição de lei federal ou afronta direta e literal à Constituição Federal.....	1141
1.8.2. Efeito devolutivo	1119	2.4.6. Rito sumaríssimo	1141
1.8.3. Efeito suspensivo	1121	2.4.7. Fase de execução	1141
1.8.4. Efeito translativo	1121	2.4.8. Quadro resumido das hipóteses de cabimento do recurso de revista	1142
1.8.5. Efeito regressivo	1122	2.4.9. Recurso de revista de causas repetitivas	1142
1.8.6. Efeito expansivo	1123	2.4.9.1. Introdução	1142
1.8.7. Efeito substitutivo	1123	2.4.9.2. Requisitos	1142
1.9. Remessa Necessária	1123	2.4.9.3. Processamento	1142
2. Recursos em espécie	1125	2.4.9.3.1. Competência	1142
2.1. Embargos de declaração	1125	2.4.9.3.2. Proposta de afetação	1143
2.1.1. Introdução	1125	2.4.9.3.3. Decisão de afetação	1143
2.1.2. Competência	1125	2.4.9.3.4. Suspensão de outros recursos	1143
2.1.3. Prazo para interposição	1125	2.4.9.3.5. Colheita de informações e parecer do Ministério Público do Trabalho	1144
2.1.4. Hipóteses de cabimento	1125	2.4.9.3.6. Julgamento	1144
2.1.5. Pronunciamentos recorríveis	1126	2.4.9.3.7. Efeito do julgamento para os processos futu- ros	1145
2.1.6. Embargos de declaração com efeito modificativo	1127	2.4.9.3.8. Desistência da ação em curso no primeiro grau.. ..	1145
2.1.7. Embargos de declaração contra decisão monocrática do relator.. ..	1128	2.4.9.4. Questão constitucional no julgamento dos re- cursos repetitivos	1146
2.1.8. Embargos de declaração protela- tórios	1128	2.5. Embargos no TST	1146
2.1.9. Embargos de declaração com efeitos prequestionatórios	1129	2.5.1. Introdução	1146
2.2. Recurso ordinário	1129	2.5.2. Embargos infringentes	1146
2.2.1. Introdução	1129	2.5.3. Embargos de divergência (embar- gos à SDI)	1147
2.2.2. Hipóteses de cabimento	1129	2.5.3.1. Introdução	1147
2.2.3. Juízo de retratação	1130	2.5.3.2. Prazo	1147
2.2.4. Julgamento do mérito direta- mente pelo tribunal	1130	2.5.3.3. Competência para julga- mento	1147
2.2.5. Recurso ordinário no rito suma- ríssimo	1131	2.5.3.4. Prequestionamento	1148
2.3. Agravo de petição	1131	2.5.3.5. Hipóteses de cabimento.	1148
2.3.1. Agravo de petição no incidente de desconsideração da personali- dade jurídica	1133		
2.4. Recurso de revista	1133		
2.4.1. Introdução	1133		

2.5.3.6. Embargos de divergência de decisão proferida em agravo	1148
2.5.3.7. Embargos de divergência no rito sumaríssimo	1148
2.5.3.8. Embargos de divergência na fase executiva	1149
2.5.3.9. Antigo recurso de embargos de nulidade	1149
2.6. Agravo de instrumento	1149
2.6.1. Cabimento	1149
2.6.2. Prazo	1150
2.6.3. Competência	1150
2.6.4. Pressupostos recursais	1150
2.6.4.1. Formação do instrumento	1151
2.6.5. Juízo de retratação	1152
2.7. Agravo interno e regimental	1152
2.7.1. Multa no agravo interno	1153
2.8. Recurso extraordinário	1153
2.8.1. Recurso extraordinário repetitivo	1155
3. Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas	1156
3.1. Microsistema de julgamentos de causas repetitivas	1156
3.2. Natureza Jurídica	1157
3.3. Cabimento e requisitos	1157
3.4. Competência	1157
3.5. Legitimidade	1157
3.5.1. Desistência ou abandono	1158
3.6. Procedimento	1158
3.7. Meios de impugnação do julgamento do IRDR	1159
4. Incidente de Assunção de Competência	1160
4.1. Introdução	1160
4.2. Cabimento	1160
4.3. Competência	1160
4.4. Legitimidade	1161
4.5. Objetivos	1161
4.6. Requisitos	1161
4.7. Procedimento	1161
4.8. Meios de impugnação do julgamento do incidente de assunção de competência	1162
4.9. Diferenças entre o IRDR e o incidente de assunção de competência	1162
4.10. Assunção de competência no TST	1163
5. Reclamação	1163
5.1. Introdução	1163
5.2. Natureza Jurídica	1164
5.3. Cabimento	1164
5.4. Legitimidade	1164
5.5. Procedimento	1164
5.6. Recursos da decisão da reclamação	1165
6. Reclamação correicional	1165

7. Súmulas e Orientações Jurisprudenciais do TST ..	1166
8. Informativos do TST Relacionados ao Tema ..	1175
9. Legislação relacionada ao capítulo	1199
10. Questões fundamentadas	1199
11. Meu resumo para memorização do Capítulo ..	1207
11.1. Quais os principais pontos que eu aprendi ao longo do capítulo que considero importantes?	1207

CAPÍTULO XVII

LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA	1215
1. Introdução	1215
2. Modificação, inovação e discussão quanto à parte principal	1215
3. Modalidades de liquidação	1215
3.1. Liquidação por cálculos	1216
3.1.1. Procedimento	1216
3.2. Liquidação por arbitramento	1217
3.3. Liquidação por artigos	1217
4. Juros e correção monetária	1217
4.1. Condenação em face da Fazenda Pública ..	1218
4.1.1. Juros	1218
4.1.2. Correção Monetária	1220
4.1.2.2. Correção monetária pela taxa TR dos débitos dos particulares	1220
5. Impugnação da decisão de liquidação	1222
6. Súmulas e Orientações Jurisprudenciais do TST ..	1223
7. Informativos do TST relacionados ao Tema ...	1224
8. Legislação relacionada ao capítulo	1226
9. Questões fundamentadas	1226
10. Meu resumo para memorização do Capítulo ..	1228
10.1. Quais os principais pontos que eu aprendi ao longo do capítulo que considero importantes?	1228

CAPÍTULO XVIII

EXECUÇÃO TRABALHISTA	1229
1. Introdução	1229
2. Título executivo	1229
2.1. Títulos judiciais	1230
2.2. Títulos extrajudiciais	1230
3. Execução provisória e definitiva	1230
4. Competência	1232
5. Legitimidade	1232
5.1. Legitimidade ativa	1232
5.1.1. Execução de ofício	1232
5.2. Legitimidade passiva	1233
6. Responsabilidade patrimonial	1233
6.1. Responsabilidade do sucessor	1234
6.2. Responsabilidade decorrente da terceirização	1235
6.3. Responsabilidade do sócio	1236

6.3.1. Desconsideração da personalidade jurídica	1236	8.6.1.6. Procedimento.....	1258
6.3.1.1. Esquema do incidente de desconsideração da personalidade jurídica ..	1238	8.6.2. Exceção de pré-executividade....	1258
6.3.2. Responsabilidade do ex-sócio	1239	8.6.3. Impugnação à decisão de liquidação	1258
6.4. Responsabilidade do Grupo Econômico..	1239	8.6.4. Embargos de terceiros	1258
6.5. Responsabilidade do cônjuge	1240	8.6.4.1. Generalidades.....	1258
7. Fraude contra credores e fraude à execução	1240	8.6.4.2. Prazo.....	1259
7.1. Fraude contra credores	1240	8.6.4.3. Competência	1259
7.2. Fraude à execução	1241	8.7. Prescrição intercorrente	1260
7.2.1. Bens sujeitos a registro.....	1242	8.8. Expropriação de bens	1261
7.3. Principais diferenças.....	1243	8.8.1. Adjudicação	1261
8. Execução por quantia certa	1243	8.8.2. Arrematação.....	1262
8.1. Introdução.....	1243	8.8.2.1. Introdução.....	1262
8.2. Citação	1243	8.8.2.2. Legitimidade	1262
8.3. Medidas executivas indiretas para cumprimento voluntário da sentença condenatória	1243	8.8.2.3. Publicidade	1262
8.3.1. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.....	1245	8.8.2.4. Lance	1263
8.3.2. Protesto.....	1245	8.8.2.5. Pagamento.....	1263
8.3.3. Inclusão do nome do executado em cadastro de inadimplentes (SERASAJUD).....	1246	8.8.2.6. Pagamento parcelado....	1263
8.4. Nomeação de bens	1246	8.8.2.6.1. Proposta de pagamento parcelado do bem arrematado pelo interessado	1263
8.5. Penhora	1247	8.8.2.6.2. Requerimento de pagamento parcelado do débito pelo executado ..	1264
8.5.1. Depositário.....	1248	8.8.3. Meios de impugnação da expropriação	1265
8.5.2. Penhora em dinheiro.....	1249	8.9. Esquema da execução contra devedor solvente	1266
8.5.2.1. Bloqueio de contas bancárias (penhora on-line)	1249	8.10. Remição da execução	1266
8.5.2.2. Seguro-garantia judicial e fiança bancária.....	1250	8.11. Execução de prestações sucessivas	1267
8.5.2.3. Requisitos para apólice do seguro garantia judicial e da fiança bancária	1251	9. Execução de obrigação de fazer e de não fazer ..	1267
8.5.3. Penhora sobre parte da renda de estabelecimento comercial	1252	9.1. Título judicial.....	1267
8.5.4. Penhora anterior à sucessão pela administração pública direta.....	1253	9.2. Título extrajudicial.....	1268
8.5.5. Bens impenhoráveis.....	1253	10. Execução de contribuições previdenciárias..	1269
8.5.5.1. Impenhorabilidade da remuneração do executado.....	1254	11. Execução contra a massa falida.....	1272
8.5.5.2. Impenhorabilidade do bem de família.....	1255	12. Execução contra a fazenda pública.....	1272
8.6. Defesa na execução	1256	12.1. Introdução	1272
8.6.1. Embargos à execução	1256	12.2. Precatório.....	1273
8.6.1.1. Natureza Jurídica	1256	12.2.1. Ordem preferencial	1274
8.6.1.2. Prazo	1256	12.2.2. Preterição e não inclusão no orçamento	1275
8.6.1.3. Competência	1257	12.3. Requisição de pequeno valor	1276
8.6.1.4. Matérias passíveis de alegação (objeto).....	1257	13. Súmulas e Orientações Jurisprudenciais do TST..	1277
8.6.1.5. Efeito Suspensivo dos embargos.....	1257	14. Informativos do TST Relacionados ao Tema .	1278
		15. legislação relacionada ao capítulo	1293
		16. Questões fundamentadas.....	1294
		17. Meu resumo para memorização do Capítulo.....	1299
		17.1. Quais os principais pontos que eu aprendi ao longo do capítulo que considero importantes?	1299
CAPÍTULO XIX			
DISSÍDIO COLETIVO.....			
1. Conceito.....			1303

2. Classificação	1303	1.5. Informativos do TST relacionados ao tema.....	1327
3. Poder normativo.....	1304	1.6. Legislação relacionada ao tema	1327
3.1. Limites.....	1304	1.7. Questões fundamentadas	1327
3.1.1. Limite mínimo	1304	1.8. Meu resumo para memorização do Capítulo.....	1328
3.1.2. Limite máximo	1304	1.8.1. Quais os principais pontos que eu aprendi ao longo do capítulo que considero importantes?.....	1328
4. Competência.....	1305	2. Ação Civil Pública.....	1329
4.1. Dissídio coletivo de greve de servidor público.....	1305	2.1. Introdução.....	1329
5. Legitimidade	1305	2.2. Cabimento.....	1329
6. Pressupostos processuais específicos	1306	2.3. Interesses ou direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos.....	1329
6.1. Negociação prévia.....	1306	2.4. Competência	1330
6.2. Autorização em assembleia.....	1306	2.5. Legitimidade.....	1331
6.3. Comum acordo.....	1307	2.6. Litisconsórcio.....	1332
6.4. Época própria para ajuizamento	1307	2.7. Objeto	1332
6.5. Fundamentação das cláusulas reivindicadas.....	1307	2.8. Tutelas de urgência.....	1333
6.6. Cumprimento do estatuto do sindicato	1307	2.9. Prescrição.....	1334
7. Procedimento	1307	2.10. Litispendência.....	1334
8. Sentença normativa	1308	2.11. Instrução	1335
8.1. Conceito e natureza jurídica.....	1308	2.12. Sentença	1335
8.2. Início da vigência.....	1309	2.13. Coisa julgada	1336
8.3. Prazo de vigência.....	1309	2.13.1. Interesses ou direitos difusos e coletivos.....	1336
8.4. Extensão.....	1309	2.13.2. Interesses ou direitos individuais homogêneos	1337
9. Coisa julgada.....	1309	2.13.3. Esquema.....	1338
10. Recursos.....	1310	2.14. Despesas processuais e honorários advocatícios	1338
10.1. Efeito suspensivo	1310	2.15. Informativos do TST Relacionados ao Tema	1339
11. Dissídio revisional	1310	2.16. Legislação relacionada ao tema.....	1343
12. Dissídio coletivo na administração pública ..	1310	2.17. Questões fundamentadas	1343
13. Ação de cumprimento	1311	2.18. Meu resumo para memorização do Capítulo.....	1344
13.1. Natureza jurídica.....	1311	2.18.1. Quais os principais pontos que eu aprendi ao longo do capítulo que considero importantes?.....	1344
13.2. Cabimento.....	1311	3. Ação rescisória.....	1345
13.3. Competência	1311	3.1. Introdução.....	1345
13.4. Legitimidade.....	1312	3.2. Competência	1345
13.5. Momento do ajuizamento	1312	3.3. Legitimidade.....	1347
13.6. Prescrição.....	1312	3.4. Pressuposto da ação rescisória.....	1347
13.7. Objeto	1312	3.4.1. Trânsito em julgado	1348
13.8. Coisa julgada	1312	3.4.2. Decisão de mérito ou decisão que, embora não seja de mérito, impeça nova propositura da demanda ou a admissibilidade do recurso correspondente.....	1348
14. Súmulas e Orientações Jurisprudenciais do TST..	1313	3.5. Prazo para ajuizamento.....	1350
15. Informativos do TST Relacionados ao Tema .	1314	3.5.1. Recurso parcial.....	1351
16. legislação relacionada ao capítulo	1318		
17. Questões fundamentadas.....	1318		
18. Meu resumo para memorização do Capítulo.....	1321		
18.1. Quais os principais pontos que eu aprendi ao longo do capítulo que considero importantes?.....	1321		

CAPÍTULO XX

PROCEDIMENTOS ESPECIAIS	1325
1. Inquérito para apuração de falta grave	1325
1.1. Cabimento.....	1325
1.2. Prazo para propositura	1325
1.3. Procedimento.....	1326
1.4. Efeitos da sentença.....	1326

3.7.1. Segredo de Justiça e do Sigilo....	1417	3.9.1.1. Coordenação Nacional Executiva do PJe (CNE- PJe).....	1422
3.8. Atos processuais	1417	3.9.2. Comitês gestores regionais (CGR- PJe).....	1422
3.8.1. Intimação, citação ou notificação	1417	3.9.3. Administrador do sistema	1423
3.8.2. Prazos processuais.....	1418	3.9.4. Equipe de teste.....	1423
3.8.2.1. Data da intimação e contagem dos prazos processuais.....	1418	4. Informativos do TST.....	1424
3.8.2.2. Suspensão	1419	5. Legislação relacionada ao capítulo	1424
3.8.3. Juntada de petições.....	1419	6. Questões fundamentadas.....	1424
3.8.3.1. Petição inicial	1419	7. Meu resumo para memorização do Capítulo 1425	
3.8.3.2. Resposta do réu	1420	7.1. Quais os principais pontos que eu aprendi ao longo do capítulo que consi- dero importantes?.....	1425
3.8.4. Audiência	1420		
3.8.5. Carta precatória	1421		
3.8.6. Autos suplementares no segun- do grau.....	1421		
3.9. Administração do sistema.....	1421		
3.9.1. Comitê gestor nacional do PJe (CGNPJe) instalado na Justiça do Trabalho.....	1421		
		Bibliografia • Parte I - Direito do Trabalho.....	1427
		Bibliografia • Parte II - Processo do Trabalho.....	1431